



BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

NOTA 16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS - CSSL/IRPJ

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	2022		2021	
	CSSL	IRPJ	CSSL	IRPJ
Lucro líquido antes da contribuição social	2.788.777	-	7.578.592	-
Lucro líquido após a contribuição social	-	2.520.286	-	6.827.156
(+) Adições	2.299.756	2.977.966	1.124.431	2.170.227
Contribuição social	-	268.491	-	751.436
Despesas com brindes e festividades	121.145	121.145	-	-
Participação nos lucros - Administradores	-	218.400	-	218.000
Provisões judiciais	1.848.922	1.848.922	911.317	911.317
Outras adições	329.689	521.008	213.114	289.474
(-) Exclusões	2.105.301	2.105.301	353.737	353.737
Reversão de provisões judiciais	2.105.301	2.105.301	353.737	353.737
(-) Lucro antes da compensação de prejuízos	2.988.232	3.392.951	8.349.286	8.643.646
(-) Base de cálculo da CSSL/IRPJ	2.988.232	3.392.951	8.349.286	8.643.646
Tributos devidos	268.491	758.234	751.436	2.085.050

NOTA 17. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de dirigentes

Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Diretoria, são apresentados como segue:

Descrição	2022	2021
Honorário	420.000	383.760
Honorário Suplementar	47.494	43.467
Anuênio	7.445	7.445
Encargos Sociais	171.359	144.043
Participação nos Lucros e Resultados	218.400	218.000
TOTAL	864.698	796.715

b) Operações ativas e passivas com partes relacionadas

As operações com as empresas Bancorbrás são referentes ao ressarcimento do rateio de despesas decorrentes dos serviços administrativos, operações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, e estão assim representadas:

RATEIO E RESSARCIMENTO DE DESPESAS	2022	2021
Operações com Rateio e Ressarcimento de Despesas		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	4.009.697	5.386.744
Bancorbrás Centro de Relacionamento com Clientes S.A.	-	1.611.011
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	14.034.998	2.269.295
Total das Operações com Rateios e Ressarcimento de Despesas	18.044.695	9.267.050
SALDOS PATRIMONIAIS PASSIVOS		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	547.009	727.262
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	2.137.324	321.150
Bancorbrás Centro de Relacionamento com Clientes S.A.	-	240.983
Bancorbrás Viagens e Turismo S.A.	107.181	34.393
Associação dos Funcionários das Empresas Bancorbrás	6.287	-
Total dos Saldos Patrimoniais Passivos	2.797.801	1.323.788
Total das Operações com Partes Relacionadas	20.842.496	10.590.838

NOTA 18. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Plano de pensão e benefícios** - A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, nem de plano de opção de compra de ações.

b) **Seguro saúde** - A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando à promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício de plano de saúde pós-emprego.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2022.

CLAUDIO ROBERTO NOGUEIRA DE SOUZA FILHO	JOSÉ CLIMÉRIO SILVA DE SOUZA
Diretor-Presidente	Diretor-Executivo
EDIVANIRA VIEIRA DINIZ	
Contadora CRC 009.619/O-5 DF	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionista da
BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
Brasília/DF

Opinião com Ressalva

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2022 e das variações nas disponibilidades dos grupos, para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para Opinião com Ressalva”, as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa, para o semestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos recursos dos grupos de consórcios, em 31 de dezembro de 2022, e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

Conforme Nota Explicativa nº 14, a Administradora não procedeu à adoção das práticas contábeis relacionadas à Resolução BCB nº 120/2021 que recepcionou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, por não ter conseguido adaptar todos os sistemas operacionais à referida norma. Por consequência, não foi possível determinar eventuais efeitos relevantes nos saldos do balanço patrimonial e no resultado do semestre, bem como nas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. A não adoção da referida resolução não abrange as demonstrações de recursos de consórcios e disponibilidades de grupos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do segundo semestre de 2022. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Gestão dos grupos de consórcios, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, projeção de encerramento de grupos e aplicações financeiras.

- Apropriação da receita por competência, cujo procedimento não foi implementado no exercício de 2022.

Outras informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório de Auditoria

A Administração da Entidade é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar

suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir o Relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada e de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colúgio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba/PR, 28 de fevereiro de 2023.

PSW BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES

CRC-PR-056.5196/O-2

CVM nº. 9458

EDER ALEXANDRE SOUZA

Contador

CRC-PR-056.265/O-7/S/DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, dos Administradores da empresa e da respectiva Controladora, bem assim no Relatório do Auditor Independente, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Destacamos a opinião com ressalva da Auditoria Independente quanto à adoção das práticas contábeis relacionadas à Resolução BCB nº 120/2021.

Brasília (DF), 23 de março de 2023.

CONSELHO FISCAL

CELIUS GUIMARÃES MARCONDES FETOSA

FERNANDO LUIS SENRA ITABORAI

ELIMÁRIO ARAÚJO SANTOS

OMAR DARLAN DE PINHO TAVARE

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 11/04/2023

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP Nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o
QR Code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do **Journal de**
Brasília ou acesse o link:
jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

